

# ANEXO 1

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Fornecimento de Solução de Aplicativos para Escritório - Desktop, nos termos e condições constantes neste Termo de Referência.

1.2. O código do Catálogo de Materiais (CATMAT) do objeto é 27472 – Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador, conforme disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

#### 2.1. Justificativa da Contratação

2.1.1. Considerando que o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, por meio do Termo de Contrato TRT 17ª Região nº 13/2025, adquiriu as licenças da referida solução para utilização por seus usuários, em substituição à plataforma Microsoft 365, ressalta-se que a nova ferramenta não disponibiliza aplicativos de escritório instaláveis nos computadores, oferecendo apenas versões baseadas em nuvem.

2.1.2. Nesse cenário, a transição de ferramentas gera a necessidade de suprir a demanda por softwares de escritório por meio de outra abordagem. Isso ocorre em razão das seguintes características que inviabilizam ou prejudicam atividades críticas que exigem:

- a. Utilização offline – em situações de indisponibilidade ou instabilidade de conexão, os usuários ficam impossibilitados de acessar e editar documentos com a mesma abrangência de funcionalidades, comprometendo a continuidade do trabalho.
- b. Compatibilidade avançada de arquivos – diversos processos internos dependem da manipulação de arquivos em formato nativo do Microsoft Office (.docx, .xlsx, .pptx), que muitas vezes apresentam inconsistências de formatação e perda de recursos quando editados exclusivamente em editores baseados em nuvem.
- c. Recursos avançados de produtividade – ferramentas como macros, tabelas dinâmicas complexas, complementos locais e automações são amplamente utilizadas por áreas técnicas e administrativas, não estando disponíveis ou plenamente suportadas no Google Workspace.
- d. Integração com sistemas legados – alguns sistemas corporativos demandam interação direta com aplicativos da suíte Microsoft Office instalados em desktop, não sendo possível realizar tais integrações apenas com a versão online.

2.1.3. Diante desse cenário, a aquisição de licenças do **Microsoft Office Desktop** justifica-se como medida complementar e necessária para assegurar a plena execução das atividades do Tribunal, garantindo:

- a. Continuidade operacional em situações de indisponibilidade de internet;

- b. Maior eficiência e confiabilidade na manipulação de documentos em formatos amplamente utilizados;
- c. Atendimento a demandas específicas que exigem recursos avançados;
- d. Compatibilidade com sistemas e fluxos de trabalho já consolidados.

## 2.2. Alinhamento Estratégico

2.2.1. O objetivo estratégico do TRT da 17ª Região atendido é: Aprimorar a governança de tecnologia da informação e comunicação - TIC e a proteção de dados.

2.2.2. O objetivo estratégico do Plano Diretor de TIC atendido é: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas.

2.2.3. A solução de aplicativos de escritório a ser contratada encontra-se contemplada no Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCSTIC) 2025, v1.1, item 5.

## 2.3. Quantitativo

2.3.1. A tabela que segue especifica item, unidade e quantitativo do presente objeto

Item	Descrição	Part Number	Unidade	Quantidade Total
01	Microsoft Office LTSC Standard 2024 (PT-BR)	EP2-27380	Licenças	218

## 2.4. De Bens Comuns

2.4.1. Por se tratar de bens (licenças perpétuas) usuais no mercado e passíveis de serem definidos de forma objetiva, o objeto desta contratação se enquadra na definição de bens comuns, conforme o art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. Trata-se de fornecimento de licenças, essenciais para manter o funcionamento das atividades finalísticas do TRT-17, de modo que sua falta poderá comprometer as atividades da Administração e, conseqüentemente, comprometer a prestação de serviço público.

## 3. PREÇO ESTIMADO

3.1.1. O custo total máximo estimado da presente contratação é de R\$607.960,58 (Seiscentos e sete mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e oito centavos), conforme discriminado no quadro de preços abaixo.

3.1.2. Nos valores apresentados pelas empresas estão incluídos todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado.

3.1.3. O **preço unitário máximo admitido**, após a fase de lances/negociação, será o constante na tabela abaixo:

Item	Descrição	Part Number	Qtd.	Preço Unitário	Preço total
01	Microsoft Office LTSC Standard 2024 (PT-BR)	EP2-27380	218	R\$2.788,81	R\$607.960,58

## 4. LICITAÇÃO

### 4.1. Modalidade da Licitação

4.1.1. Será realizada licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, critério de julgamento Menor Preço, execução indireta – empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. O modo de disputa adotado para envio dos lances será o aberto e fechado, conjuntamente, conforme definido no art. 56 da Lei 14.133/2021.

4.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

4.1.4. Tendo em vista que o objeto da contratação é a prestação de serviço de suporte à solução de TIC desenvolvida no exterior, não se tratando de serviço abrangido por norma técnica brasileira, não será aplicada a margem de preferência prevista no art. 26 da Lei 14.133/21.

### 4.2. Da Divisão em Lotes

4.2.1. O objeto da contratação está inserido em único lote.

### 4.3. Da Subcontratação

4.3.1. Não há possibilidade de subcontratação.

### 4.4. Da Adoção de Critérios de Sustentabilidade

4.4.1. As tratativas do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho não se aplicam para a presente contratação.

### 4.5. Documentos Exigidos

4.5.1. Conforme Edital.

4.5.2. Qualificação técnica.

4.5.8.1. Capacidade técnico-operacional:

4.5.8.1.1. **Não serão exigidos atestados de capacidade técnico-operacional** para a presente contratação.

4.5.8.1.2. Trata-se de produto comum e padronizado, com baixa complexidade técnica e fornecedor reconhecido. Destaca-se que o foco da aquisição é a disponibilização do direito de uso do software e não a entrega de um serviço ou solução técnica complexa.

4.5.8.1.3. Como se trata de um produto consolidado no mercado, a aquisição de licenças de uso de software como o Microsoft Office envolve baixo risco para a administração pública. A exigência de atestados de capacidade técnico-operacional visa mitigar riscos que, nesse caso específico, são mínimos

4.5.8.2. Capacidade técnica-profissional:

4.5.8.2.1. **Não serão exigidos atestados de capacidade técnica-profissional** para a presente contratação.

4.5.8.2.2. A compra de licenças de software como o Microsoft Office não envolve a prestação de serviços especializados que demandariam profissionais com formação

ou experiência específica. O foco é na aquisição de um produto pronto, e não na execução de um serviço técnico que exija expertise.

4.5.8.2.3. Exigir atestados de capacidade técnica-profissional em uma aquisição de software pronto como o Microsoft Office introduziria burocracia desnecessária, visto que não há prestação de serviços que envolvam alta complexidade técnica ou riscos elevados à Administração Pública.

## **5. CONTRATO**

5.1. A Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região convocará oficialmente a adjudicatária para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

5.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

5.3. Para assinatura do contrato, o vencedor da licitação deverá demonstrar que permanece com as mesmas condições de habilitação.

5.3.1. Não possuindo as condições de habilitação previstas neste Termo de Referência na data de assinatura do contrato, ou na recusa injustificada de assiná-lo, independentemente das sanções cabíveis, poderá o TRT da 17ª Região convocar outro licitante, respeitando-se, neste caso, a ordem de classificação da licitação, para após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares, e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência (art. 90, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

5.4. O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. O objeto do contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme o art. 125, da Lei n.º 14.133/2021. A supressão poderá exceder esse limite, nos casos de acordo celebrado entre os contratantes. Entretanto, havendo discordância com a supressão além de 25%, haverá direito à extinção do contrato, segundo dispõe o art. 137, § 2º, I, da Lei n.º 14.133/2021.

### **DO REAJUSTE:**

5.6. Após o interregno de um ano a partir da data do orçamento estimado, 23/10/2025, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice ICTI – IPEA (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$VR = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

5.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

5.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5.10. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.11. O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

5.12 - Considerando a natureza do objeto desta contratação, qual seja, o fornecimento de solução de aplicativos de escritório - Desktop, a Contratante dispensa a exigência de garantia contratual.

## **6. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1. O objeto deverá ser executado nos termos e condições especificadas neste Termo de Referência e minuta de contrato (**Anexo 4**).

6.2. **O prazo de entrega das licenças é de até 07 (sete) dias corridos**, contados a partir da assinatura do Contrato, quando a totalidade de subscrições contratadas deverá estar disponível no ambiente de gerenciamento de licenças fornecido pela Fabricante.

6.3. A CONTRATADA deverá enviar um e-mail ao Gestor ou aos Fiscais do Contrato, nos endereços setic@trtes.jus.br e segec@trtes.jus.br, com todas as informações necessárias para realizar a ativação e utilização das licenças.

6.4. O objeto contratual poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser substituído pela CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo do tempo de atendimento dos acionamentos e da aplicação das penalidades.

### **6.5. O objeto será recebido das seguintes formas**

6.5.1. Provisoriamente, pela Comissão de Recebimento e Fiscalização designada pela Administração do TRT da 17ª Região, no ato da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade dos acessórios com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

6.5.2. Definitivamente, pela Comissão de Recebimento e Fiscalização designada pela Administração do TRT da 17ª Região, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório e após a devida comprovação da adequação do objeto às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

6.5.3. Caso exista divergência entre o objeto entregue e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, o objeto será recusado.

6.5.4. Na contagem dos prazos previstos neste Termo de Referência, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento. Os prazos se iniciam e vencem em dias úteis.

## **6.6. Faturamento, Liquidação e Pagamento**

6.6.1. O faturamento do objeto será realizado sobre o quantitativo total das licenças, em parcela única, conforme todos os requisitos constantes na especificação deste Termo de Referência.

6.6.2. Os documentos fiscais deverão ser enviados pela Contratada por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), em conformidade com o ATO TRT 17.ª PRESI/DIGER. n.º 3/2022.

6.6.2.1. A Contratada será responsável pela realização do cadastro e gestão dos seus dados no SIGEO-JT.

6.6.2.2. Os documentos fiscais deverão ser enviados até o último dia útil do mês de sua emissão.

6.6.2.3. Caso a Contratada dê causa a algum impedimento que impossibilite o recebimento do objeto do contrato ou o pagamento, o Contratante poderá solicitar a reemissão do documento fiscal, de modo a compatibilizá-lo com o prazo previsto no item anterior, assim que o impedimento for sanado.

6.6.3. Os dados para emissão das Notas Fiscais são os seguintes:

Razão Social: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 1245, Enseada do Suá, Vitória/ES – CEP 29050-335

CNPJ: 02.488.507/0001-61

Telefone: (27) 3185-2069

### **Liquidação**

6.6.4. Recebida no SIGEO-JT a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7.º, § 2.º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

6.6.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.6.5.1. o prazo de validade;

6.6.5.2. a data da emissão;

6.6.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.6.5.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.6.5.5. o valor a pagar; e

6.6.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a o contratante;

6.6.7. O instrumento de cobrança deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.6.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.6.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal a inadimplência do contratado, bem como a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.6.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.6.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Do Pagamento**

6.6.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

6.6.13. Havendo atraso no pagamento, sem que para isso tenha contribuído a contratada, os valores devidos serão pagos com acréscimo de juros, calculados pro rata dia, à taxa de 0,5% ao mês, aplicada sobre o valor do pagamento em atraso.

6.6.14. O vencimento de validade de qualquer certidão apresentada para fins de habilitação não impossibilitará o pagamento à Contratada

6.6.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.6.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.6.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6.17.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

## **7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1. Conforme minuta de contrato (anexo 4).

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Conforme minuta de contrato (anexo 4).

## **9. PROTEÇÃO DE DADOS**

9.1. O Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

9.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018; e

9.1.2. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por determinação da ANPD.

9.2. A Contratada cooperará com o Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo.

9.3. O Contratante e a Contratada se comprometem, ainda, à eliminação dos dados pessoais coletados em razão desta contratação com o encerramento do ajuste ou, se for o caso, após o transcurso do prazo legal de guarda da informação.

## **10. FISCALIZAÇÃO**

10.1. Conforme minuta de contrato (anexo 4 e anexo II).

## **11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Conforme minuta de contrato (anexo 4).

## **12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. A aplicação de qualquer penalidade obedecerá sempre aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação e publicidade, dentre outros, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.



12.2. Os prazos e formalidades para a defesa prévia, recurso, representação ou pedido de reconsideração, obedecerão àqueles indicados na Lei n.º 14.133/2021, em especial os artigos 157, 158, 165, 166 e 167.

12.3. O recurso interposto deverá ser protocolizado na Seção de Atendimento e Apoio ao Fórum de Vitória (SEAT) do TRT da 17ª Região, localizada na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 1.245, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-335, de segunda a sexta-feira, das 12 às 19 horas.

### **13. DAS NOTIFICAÇÕES**

**13.1.** Todas as notificações ocorrerão via correio eletrônico.

**13.2.** Caberá à empresa monitorar diariamente a conta de correio eletrônico informada ao contratante, não cabendo nenhuma alegação, por parte da adjudicatária/contratada, de que não teve conhecimento das notificações realizadas por este TRT.

**13.3.** A empresa deverá manter atualizado o e-mail informado à Administração. Qualquer alteração do correio eletrônico fornecido deverá ser comunicada imediatamente ao TRT.

**13.4.** A contratada será considerada notificada a partir do dia útil seguinte ao envio de mensagem eletrônica para o último endereço eletrônico (e-mail) que ela houver informado à Administração, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo para atendimento da notificação.

### **14. CONSULTA AO CADIN**

**14.1.** O Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região (TRT-17) realizará consulta prévia ao CADIN antes da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, nos termos do artigo 6.º-A da Lei n.º 10.522/2002.

**14.2.** A consulta ao CADIN será realizada também previamente à assinatura de aditamentos contratuais, incluindo prorrogações de prazo e alterações de objeto. A existência de registro no CADIN no momento da consulta impedirá a formalização do aditivo.

**14.3.** Nos casos em que o termo de contrato ou o termo aditivo for substituído por instrumento equivalente, a consulta a que se refere o item 16.1 será realizada imediatamente antes da autorização para emissão do instrumento.

**14.4.** O licitante ou contratado poderá regularizar sua situação perante o CADIN dentro do prazo de convocação para assinatura do contrato ou do termo aditivo. Caso persista a restrição, a formalização não será realizada.

**14.5.** Caso a empresa adjudicatária esteja inscrita no CADIN no momento da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subsequentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.

**14.6.** O não cumprimento dos requisitos para a assinatura do contrato ou do aditivo ou para emissão do documento congênere no prazo estipulado neste instrumento será interpretado como recusa da empresa em formalizar o ajuste, aplicando-se as seguintes sanções:

- a) Perda do direito à assinatura do contrato ou do termo aditivo ou à emissão do instrumento equivalente;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme artigo 156, III, da Lei n.º 14.133/2021; e
- c) Registro da ocorrência no SICAF.

**14.7.** Antes da aplicação das penalidades, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do Ato PRESI N.º 49/2024 e da Lei n.º 9.784/1999.

**14.8.** Caso seja constatado registro no CADIN durante a execução do contrato, a Administração poderá avaliar a rescisão motivada, conforme a legislação vigente e os impactos na continuidade da prestação do serviço ou fornecimento.

## **15. FORO**

15.1. Para dirimir todas as questões oriundas da contratação, é competente o Juízo Federal da cidade de Vitória – Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.